



**F**oi destaque na semana a abertura do ano legislativo, no dia 03 de fevereiro. Na sessão do Congresso Nacional a mensagem do Poder Executivo apresentou diversas propostas para o ano e a Reforma Tributária foi apresentada como prioritária pelos dois poderes, pois esteve presente também nos discursos dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, fato que poderá contribuir na unificação e celeridade dos textos em tramitação no Congresso Nacional.

### Proposta do Governo

A advogada Vanessa Canado, assessora especial do ministro Paulo Guedes (Economia) na área tributária informou que o Governo enviará, na próxima semana, Projeto de Lei que unifica as contribuições do Programa de Integração Social e a Contribuição (PIS) para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e introduz do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Federal para tramitar paralelamente as Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) que tramitam nas casas legislativas.

No entendimento do Governo, o Projeto de Lei é o melhor instrumento legislativo para apresentar sua proposta, pois trata apenas de tributos federais que podem ser implementados rapidamente (com efeitos no curto prazo), diferentemente das PECs que tratam da Reforma Tributária que unificam tributos das três esferas de governo e contemplam incentivos relevantes (regionais e locais) e por esta razão precisam de longo período de transição para acomodar eventuais perdas.

Neste caso, a revisão dos incentivos tributários para produtos da cesta básica tendem a ser os mais afetados, pois são isenções de PIS e COFINS, com entendimento pelo Governo que possuem alocação ineficiente, pois seus produtos também são consumidos por famílias de maior renda que também se beneficiam do incentivo.

Há expectativa, no Projeto de Lei do Executivo para a Reforma Tributária, de que sejam criados mecanismos de devolução dos tributos cobrados com a "reoneração" da cesta básica para famílias de baixa renda.

### Comissão Mista da Reforma Tributária

A Comissão Mista que analisará as propostas de reforma tributária em andamento será formada por 20 senadores e 20 deputados e deverá ser formalizada na próxima semana.

Aginaldo Ribeiro (PP-PB) será o relator e Roberto Rocha (PSDB-MA) o presidente da Comissão. Ela terá o caráter opinativo, mas servirá para a construção do entendimento político entre Câmara dos Deputados, Senado Federal e Governo Federal.

### “Jabuti na árvore”

O relatório do Senador Randolfe (Rede-PA) referente a Medida Provisória nº 898 (13º do Bolsa Família) incluiu a tributação da distribuição de lucros e dividendos e tornou permanente o abono natalino para os beneficiários do programa Bolsa Família, além de estender o 13º para os beneficiários do BPC. Houve intensa mobilização dos beneficiários dos programas durante a reunião, mas por falta de quórum foi encerrada. Nova reunião foi convocada para o dia 11/02 as 14:30.